

Arinos diz que desconhecia e encaminha outra relação

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão Constitucional, Afonso Arinos, afirmou ontem desconhecer que o Presidente Tancredo Neves tenha elaborado uma lista de 33 nomes, divulgada pela imprensa, para integrar a Comissão. Arinos disse que entregou quarta-feira ao Presidente José Sarney outra lista, para se examinada.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, — que guardou a lista escolhida por Tancredo e a entregou a Sarney — afirmou que Arinos, numa conversa dois dias antes da hospitalização de Tancredo, ouviu alguns dos nomes indicados e chegou a fazer sugestões.

— Dessas sugestões, foram feitas outras citações. Ontem o doutor Afonso Arinos nomeou outras pessoas ao Presidente. Eu ainda não tomei conhecimento, não sei se vai além daquelas indicadas ou se ratifica alguns nomes — disse o Ministro.

Arinos não quis adiantar os nomes que sugeriu ao Presidente, mas disse que a Comissão está sob sua jurisdição e “não se fará sem que eu esteja de acordo”.

Lyra afirmou que a Comissão poderá ter cerca de 50 membros. Segundo ele, alguns nomes da relação que entregou ao Presidente “indubitavelmente farão parte da Comissão”, pois

esta, apesar de composta de “notáveis”, terá a participação de todos os segmentos da sociedade.

O nome do Secretário-Executivo da Comissão, jornalista Mauro Santayana, foi ratificado por Sarney. Arinos afirmou ter conversado com o Senador Fernando Henrique Cardoso, escolhido para Relator da Comissão, mas considerou que poderá haver dificuldades para sua participação se ele for candidato à Prefeitura de São Paulo.

Arinos afirmou também que não participará do processo de convocação da Constituinte, mas que a fórmula “mais fácil” seria o envio de uma mensagem do Presidente ao Congresso. Segundo ele, o Presidente tem prerrogativas constitucionais para propor emendas ao Congresso e sua iniciativa teria que ser submetida ao Legislativo.

Ele admitiu que a iniciativa poderia, tecnicamente, partir do Legislativo, mas considerou que “é muito estranho que o Congresso tome esta iniciativa sem ouvir o Presidente da República”. Arinos considerou inteligente a tese de um plebiscito para referendar a convocação da Constituinte, acrescentando, entretanto, que a proposta é desnecessária, além de dispendiosa.